



# Propostas de melhoria dos serviços públicos

Relatório preliminar do Questionário elaborado pela PASC

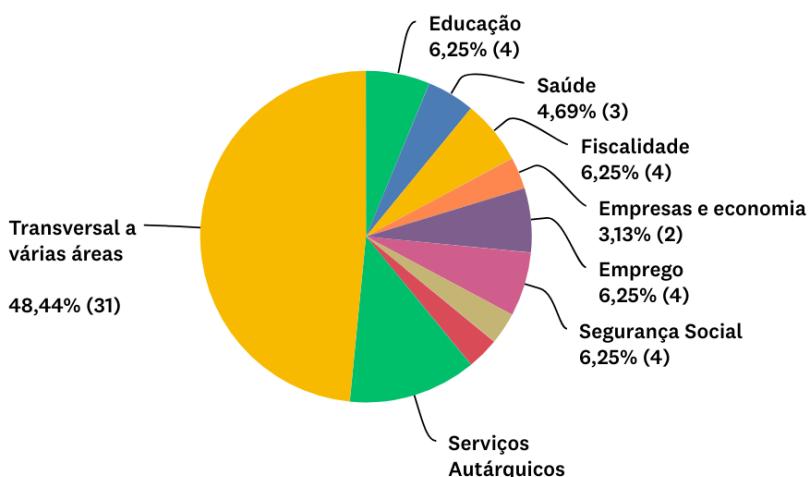
Entre 4 e 20 de Janeiro de 2021

64 respostas



## **Propostas por área**

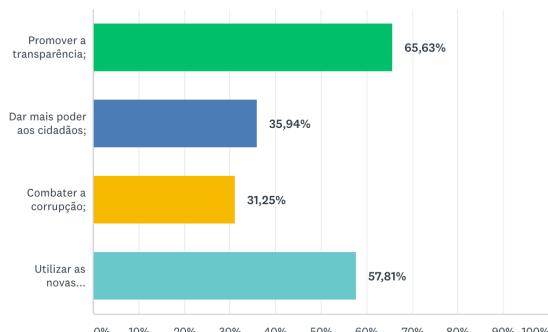
Responderam: 64 Ignoraram: 0



Educação	6,25%	4
Saúde	4,69%	3
Fiscalidade	6,25%	4
Justiça	0,00%	0
Empresas e economia	3,13%	2
Emprego	6,25%	4
Segurança Social	6,25%	4
Ambiente	3,13%	2
Mobilidade e Transportes	3,13%	2
Segurança Pública	0,00%	0
Serviços Autárquicos	12,50%	8
Cultura e Desporto	0,00%	0
Transversal a várias áreas	48,44%	31

## Objetivos da Proposta de Iniciativa

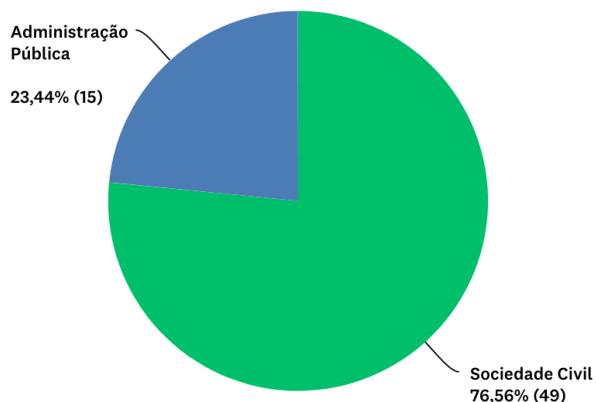
Responderam: 64 Ignoraram: 0



Promover a transparência;	65,63%	42
Dar mais poder aos cidadãos;	35,94%	23
Combater a corrupção;	31,25%	20
Utilizar as novas tecnologias para potenciar a relação entre Estado e Cidadão.	57,81%	37

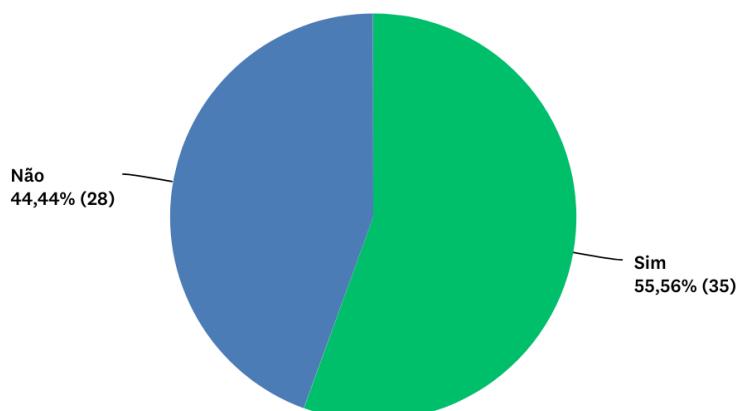
## Em que qualidade faz a sua proposta?

Responderam: 64 Ignoraram: 0



## Pretende participar em fóruns de debate através de videoconferência, sobre a melhoria de serviços?

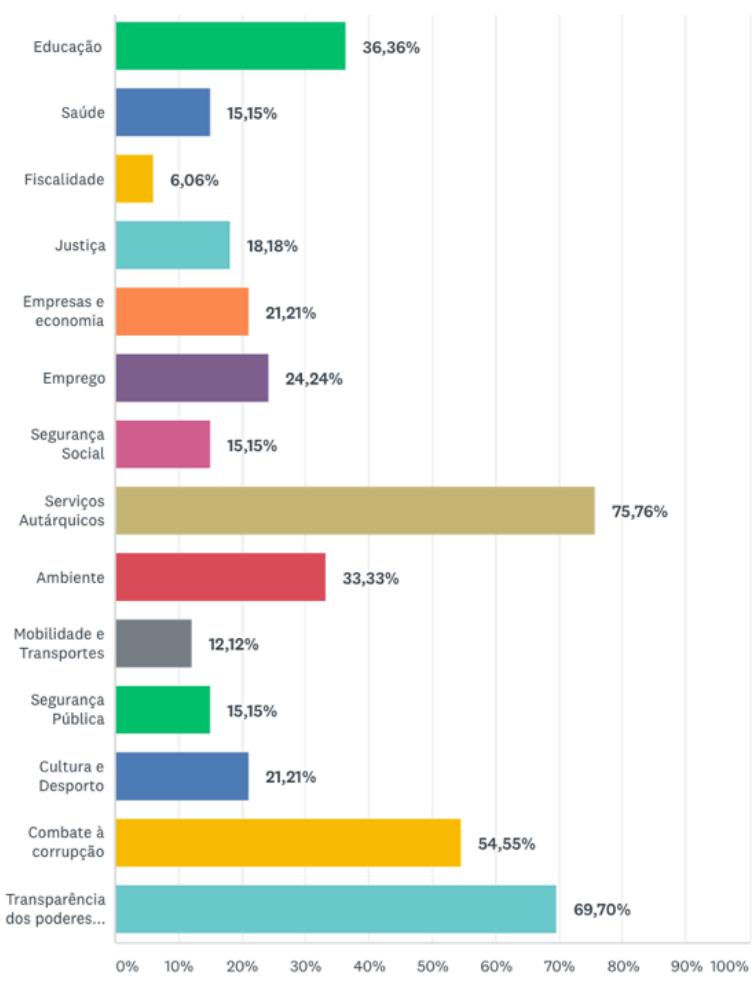
Responderam: 63 Ignoraram: 1



## Áreas prioritárias em que gostaria de participar

Responderam: 33

Ignoraram: 31



Educação	36,36%	12
Saúde	15,15%	5
Fiscalidade	6,06%	2
Justiça	18,18%	6
Empresas e economia	21,21%	7
Emprego	24,24%	8
Segurança Social	15,15%	5
Serviços Autárquicos	75,76%	25
Ambiente	33,33%	11
Mobilidade e Transportes	12,12%	4
Segurança Pública	15,15%	5
Cultura e Desporto	21,21%	7
Combate à corrupção	54,55%	18
Transparência dos poderes públicos	69,70%	23

## Propostas de Melhoria

Área	Descrição
<b>Ambiente</b>	
Apanha lixo da margem costeira do tejo em Lisboa	Adicionar uma proteção de metal (ou outro material) para o lixo não ir diretamente para o rio. Neste momento em várias zonas de Lisboa como a zona das docas, o passeio termina e não há qualquer proteção que impeça que copos de plástico das discotecas, máscaras descartáveis, etc. Seja levado para o rio com o vento. Bastaria uma espécie de proteção com 10 a 20cm de altura (e uns quantos furos para deixar a água das chuva passar) feito. Depois os srs. do lixo podem varrer esse lixo.
Acesso dos titulares de animais ao SIAC	Dar acesso aos tutulares de animais domésticos com animais registados no SIAC para efetuar todos os processos administrativos como alteração dados pessoais, comunicação falecimento animal, entre outros.
<b>Educação</b>	
Turmas na Escola com máximo de 18 alunos	Reducir o numero de alunos para 18. melhorando a qualidade de ensino pois torna-se mais viável atividades mais práticas, maior atenção para com os alunos e menos casos de burnout dos professores.
Simulação do Acto eleitoral nas escolas de 3º ciclo e secundárias	Simular o acto eleitoral ( em época de eleições) em escolas de 3º ciclo e secundárias, de forma a que os jovens começem a perceber como funciona uma ida real às urnas e qual seria o resultado se o universo de votantes fosse unicamente a Escola. Qual seria a representatividade na AR ou na câmara por exemplo. Os Boletins de voto deveriam simular os verdadeiros e os estudantes teriam que participar nas várias mesa de voto, no final contar os votos e calcular segundo o método de hondt. Ou seja, fazer uma simulação o mais realística possível. A fim dos alunos perceberem como funciona a sua participação e qual o real impacto do seu voto. Em breve eles serão eleitores activos e terão a possibilidade de influenciar amigos e familiares a combater a abstenção.
Formação ao atendimento	Formar os funcionários ao atendimento "empático" dos clientes no sentido de melhorar a acolhimento dos pedidos de forma a responder as necessidades e tratar de forma integral os assuntos.
<b>Emprego</b>	
Ano de Pausa por cada 10 anos de trabalho	Criar a possibilidade de 1 ano de pausa por cada 10 de trabalho. Este ano é essencial para o bem estar da pessoa e permitirá que este ano seja usado por exemplo para apostar na renovação sua formação, aquisição de novas competências, viagens que abrem horizontes, apoio a familiares ( menores ou idosos), descanso e evitar casos de burnout cada vez mais frequentes, repensar a carreira, etc). Os benefícios económicos e sociais de ter 4 anos de pausa ao longo dos 40 anos de carreira, poderão ser imensos. Estes 4 anos poderão ser geridos pelo cidadão de acordo com as suas necessidades podendo tirar o mínimo de 6 meses e o máximo de 2 anos ( para tirar um mestrado por exemplo) em cada pausa. Esta medida traria ainda um dinamismo às empresas, renovando os RH

	de uma forma refrescante e permitindo que a atualização de conhecimentos e a não estagnação das empresas.
<b>Emprego</b>	
Bolsa de estágios na Administração Pública	Criação de bolsa de estágios na Administração Pública, por forma a dar acesso aos atuais estudantes de ensino superior e desempregados com respetiva graduação académica. É necessário maior abertura de acesso ao cidadão a integrar a administração, apoiando os serviços públicos (insuficiente em recursos humanos nos vários setores de serviços gerais) e concomitantemente, enraizar e aplicar conhecimentos adquiridos de modo a agilizar, reduzir e desconcentrar a burocracia com ideias inovadoras de maior eficácia para os cofres públicos. É crucial manter o povo ativo e com efeito útil, apostando na sua formação e prática profissional, ao mesmo tempo que se vê integrado no planeamento das ações do País, apostando na sua celeridade, eficácia e integração social, contribuindo para o crescimento nacional, mais próximo da atuação e importância do trabalho do Estado. Será preponderante este incentivo, com algum apoio financeiro para despesas integradas, embora o seu retorno seja maioritariamente superior com o avanço nos processos estagnados, tardios e numa lógica de melhoria contínua dos processos que a integram.
Incentivo ao emprego e à fixação de empresas no interior do país	Criação de mais postos trabalho,incentivo de fixação de empresas no interior do país
<b>Empresas e economia</b>	
Documentação Ajustes Diretos / Consursos Públicos	Terminar com a necessidade de entrega de certidões de não-dívida à AT e à Seg. Social, bem como dos registos criminais da empresa e gerência, passando as entidades contratantes a obter esses documentos de forma automatizada por comunicação entre sistemas da AP.
Termo Aceitação Projetos	Permitir a assinatura digital dos termos de aceitação dos projetos financiados, como já aconteceu por exemplo na iniciativa ADAPTAR, a validação é feita através dos dados de login, podendo pedir dados de acesso do portal das finanças para validação
<b>Fiscalidade</b>	
Modernizar entrega do SAFT	As empresas têm de entregar periodicamente o SAFT. No entanto o sistema da AT para fazer esta entrega utiliza a tecnologia Java, que está obsoleta nos browsers, e obriga à utilização de software antigo com muitos problemas de segurança. A proposta é que a AT modernize o sistema de entrega do SAFT para que funcione com todos os browsers modernos.
Partidos com contas certas	Os partidos só se podem candidatar se apresentarem as contas transparentes, com saldos positivos e não tiverem dívidas. Não podemos ter a gerir o nosso país, partidos que não sabem gerir as suas próprias contas.
NIF profissional para TOC	Garantir que os TOC têm um numero de acesso às finanças diferente do seu NIF pessoal, pois em casos de baixas, férias, licenças de maternidade e afins vêm-se obrigados a partilhar a sua password que devia ser pessoal e intransmissível a terceiros, expondo desnecessariamente a sua vida pessoal.

Compensação para situação fiscal regularizada	Em tempos de Covid pessoa ou empresa que está a cumprir com os seus compromissos fiscais deveria ter uma compensação.
<b>Mobilidade e Transportes</b>	
Bilhetica de transportes públicos	Pagamento de transportes públicos com cartão de débito virtual na entrada para o metro, autocarro, barco ou comboio.
Alertas estrada	Aplicação ou website para os cidadãos poderem identificar rapidamente situações de inconformidade ou perigo nas vias rodoviárias de modo a alertar os vários organismos públicos para a rápida resolução das situações identificadas.
<b>Saúde</b>	
Saúde de qualidade e próxima do cidadão	É fundamental que cada cidadão tenha acesso a cuidados de Saúde de qualidade e que estejam próximos da sua área de residência. Precisamos de um investimento na Saúde muito maior do que aquele que tem sido feito até agora.
Dar ao utente do SNS mais controlo na área do cidadão	Permitir que o cidadão trate de todos os assuntos administrativos na área da saúde relativa aos centros de saúde e hospitais públicos.
Vales de Cirurgia	Revisão do processo de vales de cirurgia de modo a que o processo seja eficiente para o utilizador. Medidas necessárias introduzir: 1 - A lista de hospitais para o utente escolher não deve conter hospitais que não apresentam disponibilidade e só incluir hospitais distantes da morada do cidadão quando não existirem outras alternativas mais próximas 2 - Sendo que o processo só é reencaminhado passados pelo menos 6 meses, o cidadão quando vai à primeira consulta ao hospital seleccionado apresenta exames complementares de diagnóstico desactualizados e o hospital seleccionado deveria ter autorização de mandar fazer novos exames onde o médico entenda, respeitando limites pré-negociados. Tal não acontece e o processo volta para o hospital de origem e o cidadão volta a estar em lista de espera sem que lhe seja dada uma data prevista para a cirurgia. Este processo necessita de uma revisão na sua totalidade e possivelmente, caso não exista, de um sistema de gestão integrado com todos os hospitais de disponibilidades de cirurgias e de validações de exames de diagnóstico e preços.
<b>Segurança Social</b>	
Rede apoio idosos e pessoas com deficiência	Criação, com a participação das IPSS's e outras associações, de uma rede de serviços de apoio a idosos e pessoas com deficiência: manutenções, serviços de limpeza, serviço de compras, serviços de agendamento de atendimentos e consultas, serviços de companhia e apoio psicológico, apoio técnico e tecnológico, etc..
Votação online	Permitir que as votações para Presidente da República , Governo e Autarquias passem a ser por realizadas também via digital
Melhorar o serviço da segurança social para o bem-estar do cidadão	Mais formação para quem está a atender, pois as respostas e informações facultadas são na grande maioria erradas. Um serviço on-line que permita comunicar por

	essa via de forma eficiente. O mail não vale até porque não há resposta. É usar de forma mais funcional o segurança direta. Enviar /efetuar pedidos por essa via, não por mail mas de forma a que exista resposta efectiva do outro lado.
<b>Serviços Autárquicos</b>	
Publicação aberta online centralizada da informação pública da execução financeira dos Municípios	Publicação online da informação pública financeira dos Municípios de forma centralizada e de facil interpretação, comparação e pesquisa: Exemplo de Espanha <a href="https://presupuestos.gobierro.es/mapas/2020">https://presupuestos.gobierro.es/mapas/2020</a> <a href="https://presupuestos.gobierro.es/ranking">https://presupuestos.gobierro.es/ranking</a>
Acesso a dados de imóveis	Acesso livre e gratuito a identificação do titular de bens imoveis. Nao sei quem sao os meus vizinhos de um pinham para os cpntactar.
Melhoria da avaliação dos funcionários	É urgente implementar um novo sistema de avaliação do trabalho na AP que promova a transparência, a cooperação e uma melhor organização do trabalho, em substituição do SIADAP que tanto tem prejudicado a AP, conforme proposta da Missão Pública Organizada. Desta forma será possível aumentar significativamente a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos.
Revogação do SIADAP na Função Pública	Revogação do sistema de avaliação SIADAP na função pública. Pretendemos um sistema de avaliação justo, sem quotas.
Uniformização de procedimentos na gestão Urbanística	Uniformizar critérios, procedimentos e documentos na formalização de processos urbanísticos - PIP, licenciamento, Comunicações Prévias,etc. - em todas as Câmaras do País.
Melhores condições melhores serviços	Revogação do SIADAP em prol de um verdadeiro e justo sistema de avaliação dos serviços e não do individuo em particular e isolado, já que nada nem ninguém alcança nada sozinho.
Atribuição automática de isenção no licenciamento animal	Atribuição automática de isenção de pagamento da licença anual de animais domésticos às autarquias. Possibilidade de efetuar processo de licenciamento remoto.
Atribuição automática da tarifa social da água	Atribuição automática da tarifa social da água em todos as autarquias.
<b>Transversal a várias áreas</b>	
Informação sobre acesso a dados pessoais	Os funcionários dos diversos serviços públicos têm acesso a uma imensidão de dados privados do cidadão. O acesso a esses dados pode ser feito para fins ilegais e não para prestar um serviço ao cidadão. Um exemplo mediático foi o acesso por funcionários da Autoridade Tributária aos dados do então primeiro-ministro Passos Coelho. Este caso foi detetado por estar em causa o primeiro-ministro, mas se ocorrer com um comum cidadão provavelmente passará despercebido. A proposta é que todos os sistemas da administração pública sejam obrigados a enviar uma notificação ao cidadão sempre que haja um acesso aos seus dados. O funcionário ao aceder aos dados deverá especificar o motivo do acesso, que também será comunicado ao cidadão.
Dinheiro público / Software público	Quando é dispendido dinheiro público para desenvolvimento de software, o código desse software

	deve ser publicado com uma licença pública (de software livre). Esta proposta é baseada na campanha a nível europeu Public Money Public Code: <a href="https://publiccode.eu/">https://publiccode.eu/</a>
Políticos com formação transversal e adequada	Grande maioria dos autarcas têm fracas qualificações para o ser o que leva a más decisões. Era essencial que os autarcas fossem obrigados a passar por uma formação transversal específica para autarquias, nomeadamente com questões de sustentabilidade ambiental, social e financeira. Quem não tivesse essa formação não se podia candidatar. A formação tinha de ser altamente exigente. Não pode ser uma formação baseada apenas na presença. Precisamos de garantir que quem é elegível é competente.
Os concursos públicos nacionais, regionais e locais de desenvolvimento de soluções de software público a usar pelos serviços públicos devem incluir no Caderno de Encargos a obrigação de cumprimento dos critérios estabelecidos no Standard for Public Code da Fundação for Public Code ( <a href="https://standard.publiccode.net/">https://standard.publiccode.net/</a> )	A contratação de aquisição de soluções de software cujo desenvolvimento cumpre os critérios estabelecidos no Standard for Public Code da Fundação for Public Code ( <a href="https://standard.publiccode.net/">https://standard.publiccode.net/</a> ) assegura às instituições públicas que o fornecedor segue um modelo de desenvolvimento de software de código aberto que permite no futuro a reutilização e aperfeiçoamento por outras instituições públicas para usos similares em Portugal ou em qualquer parte do mundo. O standard inclui guias para os responsáveis pela definição de políticas e estratégias de desenvolvimento, de âmbito nacional, regional ou local (cidades), programadores e fornecedores. Os critérios estabelecidos no referido standard foram baseados nas melhores práticas de desenvolvimento de soluções de software livre que permitem usufruir das suas vantagens, designadamente: <a href="https://publiccode.eu/pt">https://publiccode.eu/pt</a> Redução de custos - Aplicações semelhantes não têm de ser criadas de raiz cada vez que são necessárias. Colaboração - Custos financeiros e de consultoria em grandes projetos podem ser partilhados. Servir o público - Aplicações financiadas pelos contribuintes devem estar disponíveis para todos. Estimular inovação - Com processos transparentes para que outros não tenham de reinventar a roda.
Revisão da Lei Nacional das Normas Abertas e Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital para que seja alargado a toda a Administração Pública e definidas medidas punitivas em relação ao seu incumprimento de modo a que seja na prática cumprida pela AP.	Revisão da Lei Nacional das Normas Abertas (Lei 36/2011) e Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID - RCM 2/2018) para que seja alargado o âmbito de aplicação a toda a Administração Pública, incluindo Autarquias. E que inclua medidas punitivas em relação ao seu incumprimento de modo a que a Lei seja de facto e na prática cumprida pela AP. De acordo com o RCM 2/2018 o regulamento deve ser revisto num prazo máximo de três anos, pelo que deveria ter sido revisto até 5.Janeiro.2021. À semelhança da Lei n.º 26/2016 (LADA) cujo cumprimento é monitorizado pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), a Lei Nacional das Normas Abertas também deveria ser monitorizada por uma comissão independente e não pela própria AMA.
Todos os dados dos projectos financiados pela UE disponíveis online num único sítio, de forma aberta e dinâmica	Dados dos projectos financiados pela UE disponíveis online de forma aberta, normalizada e dinâmica, numa estrutura única, em formato normalizado legível por máquina, acessíveis através de IPA (API's) e descarregáveis em bloco. Prevendo já a conformidade

	<p>com a Diretiva 2019/1024 (Public Sector Information) Exemplos da situação atual dos dados dos projectos aprovados no quadro 2020 que deviam estar (mas não estão) integrados, centralizados, pesquisáveis, auditáveis, transparentes, etc:  <a href="https://www.portugal2020.pt/content/lista-de-operacoes-aprovadas">https://www.portugal2020.pt/content/lista-de-operacoes-aprovadas</a>  <a href="http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados">http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados</a>  <a href="https://www.norte2020.pt/programa/projetos-lista">https://www.norte2020.pt/programa/projetos-lista</a>  <a href="https://algarve2020.pt/info/projetos-aprovados">https://algarve2020.pt/info/projetos-aprovados</a> etc</p>
Software Livre	Adopção de software livre nas ferramentas informáticas dos serviços públicos
Investimento de dinheiro público em software público (livre) e sua adoção nos serviços públicos ( <a href="https://publiccode.eu/pt/">https://publiccode.eu/pt/</a> )	Em complemento à proposta que enviei anteriormente acrescento a restante fundamentação: <a href="https://publiccode.eu/pt/">https://publiccode.eu/pt/</a>
Investimento de dinheiro público em software público e sua adoção nos serviços públicos ( <a href="https://publiccode.eu">publiccode.eu</a> )	Investimento de dinheiro público em software público e sua adoção nos serviços públicos" ( <a href="https://publiccode.eu">publiccode.eu</a> )
Dinheiro Público, código Público	<a href="https://publiccode.eu/">https://publiccode.eu/</a>
Investimento e adoção de Software Público (software livre)	Investir o dinheiro público dos serviços públicos para desenvolvimento e adoção de software de domínio público (Software Livre) que dá a todos o direito de utilizar, inspecionar, partilhar e melhorar o software. Este software baseado em código fonte aberto garante a transparência total do seu funcionamento para além de todas as vantagens reconhecidas e comprovadas, na reutilização do software, maior segurança e fiabilidade, equidade de uso por todos os serviços públicos e cidadãos independentemente da capacidade financeira, interoperabilidade entre os sistemas e possibilidade de cruzamento de informação, etc. Os direitos de uso do software apoiam outras liberdades fundamentais como a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e privacidade.
Cadastro	Assegurar definitivamente o cadastro de todo o território, por forma a garantir, entra tantas outras, uma correta gestão do território tendo em vista a redução dos incêndios e uma melhor proteção da nossa floresta. Posteriormente criar um app que permita denunciar situações de incumprimento, nomeadamente, em termos de limpezas.
Eleições eletrónicas	Criar mecanismos por forma a assegurar o voto eletrónico e toda a desmaterialização das eleições.
Serveeasy - Plataforma Multiserviços	Plataforma multiserviços já presente no mercado com provas dadas e incorporação de vários serviços públicos , sendo considerada já a Loja do Cidadão Digital.
Implementação e avaliação de práticas de sustentabilidade em organizações públicas	Implementação de uma "checklist" de práticas e indicadores de sustentabilidade para organizações públicas (p.ex. ver a ferramenta "SPS – Sustainability Performance Assessment and Benchmarking Framework of The Public Sector**" coordenado pelo Prof. Tomás B. Ramos, Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, CENSE, Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade. *O modelo SPS é uma ferramenta que permite avaliar o desempenho de

	sustentabilidade de organizações do setor público, em particular da Administração Pública Central, integrando os níveis operacional e estratégico e as dimensões ambiental, social e económica.
Portal Digital Unico	Integracao dos diferentes portais institucionais no ePortugal. Todos os servicos e portais das diversas entidades deveriam ser integrados no ePortugal, para simplificar ainda mais a relacao com o cidadao. Como exemplo, o portal diplomatico passaria a estar integrado no ePortugal, passando tambem os portais das diferentes embaixadas e consulados a ser integrados no portal unico, em <a href="https://www.eportugal.gov.pt/embaixada/paris">https://www.eportugal.gov.pt/embaixada/paris</a> . Alem da diminuicao de custos, toda a informacao concentrada num unico sistema de informacao tornaria a vida do cidadao mais simples.
Revogação do SIADAP e criação de um sistema de avaliação que não tenha quotas, seja transparente e seja sério	É urgente implementar um novo sistema de avaliação do trabalho na Administração Pública que promova a transparência, a cooperação e uma melhor organização do trabalho, em substituição do SIADAP que tanto tem prejudicado a AP, conforme proposta da Missão Pública Organizada. Desta forma será possível aumentar significativamente a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos.
Alteração do sistema de avaliação	Revogação do SIADAP e da criação de um sistema de avaliação que não tenha quotas, seja transparente e seja sério.
Definição de objetivos na cadeia hierárquica bem como a sua comunicação	Para que haja uma avaliação da execução de um plano de atividades anual, os objetivos gerais e específicos terão que ser claros e transparentes ao longo da cadeia hierárquica de modo a se perceber onde houve desvios e redefinir ou adaptar os mesmo.
Plataforma multinível de acesso ao património imobiliário do Estado	Criação de uma plataforma multinivel de difusão e promoção do património imobiliário público, com vista à sua rentabilização célere e acesso indiferenciado ao cidadão comum português. Atualmente, segundo fontes da comunicação social, existem mais de 15 mil imóveis sem qualquer cenário ou plano de rentabilização, quando uma grande percentagem da população sofre com a inflação no setor imobiliário privado, diminuindo a sua qualidade de vida e capacidade de compra para alavancar a economia que tanto precisamos neste momento. Não se deve com isto, entender em mais benefícios ou prejuízos para as contas públicas, mas sim, o verdadeiro sentido de apoio social de um Estado de direito, promovendo acessibilidade a quem menos tem e pode, ganhando como contrapartida uma maior satisfação individual, confiança no serviço público e poder económico para satisfazer as suas necessidades, aumentando a procura nos mercados.
Avaliação do trabalho - SIADAP	É urgente implementar um novo sistema de avaliação do trabalho na Administração Pública (AP), que promova a transparência, a cooperação e uma melhor organização do trabalho, em substituição do SIADAP. Este tem prejudicado a AP, por seleccionar 3 a 5 objectivos individuais e mensuráveis de um conjunto de competências, funções e acções de equipa / serviço e que um funcionário não é responsável de forma individual

	e/ou não existe forma de quantifica-los. Antes deveria ser considerada a avaliação conjunta de uma equipa / serviço, uma vez que é esta estrutura que tem uma missão. Além de que e no que respeita às questões individuais, há muito trabalho que fica de fora destes objectivos e não são considerados para uma avaliação que se pretende eficaz, ainda agravado pela total falta de consideração de formações e outras funções que os funcionários disponham. Introduzindo estas alterações será possível aumentar significativamente a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos, conforme propostas apresentadas pelo grupo Missão Pública Organizada.
revogação do SIADAP	Revogar o sistema de avaliação da função pública, o maior causador de desigualdades salariais, e, baixos salários.
Avaliar para melhorar	Implementação de um novo sistema de avaliação do trabalho na AP que promova a transparência, a cooperação e uma melhor organização do trabalho, em substituição do SIADAP que tanto tem prejudicado a AP, conforme proposta da Missão Pública Organizada. Desta forma será possível aumentar significativamente a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos.
Revogação do SIADAP e da criação de uma sistema de avaliação que não tenha quotas, seja transparente e seja sério	Nova avaliação séria e útil aos serviços públicos de acordo com os trabalhos desenvolvidos pelo movimento de trabalhadores Missão Pública Organizada
Revogação do SIADAP e da criação de uma sistema de avaliação que não tenha quotas, seja transparente e seja sério.	Proponho nova avaliação séria e útil aos serviços públicos de acordo com os trabalhos desenvolvidos pelo movimento de trabalhadores Missão Pública Organizada.
Tornar o voto mais acessível	Tornar o voto mais acessível, recorrendo às novas tecnologias para disseminar o voto eletrónico e com isso facilitar o acesso ao voto, independentemente do local onde o eleitor se encontre. Já existe tecnologia que permite que consigamos votar em qualquer ATM, com o cartão do cidadão. Muitos países possuem também o voto online, cuja segurança poderia ser assegurada através da chave móvel digital. Por último o voto em cabines eletrónicas poderia permitir que um cidadão votasse em qualquer concelho, independentemente de ser o concelho onde se encontra recenseado.
Avaliação séria e útil do trabalho da Administração Pública	É urgente implementar um novo sistema de avaliação do trabalho na AP que promova a transparência, a cooperação e uma melhor organização do trabalho, em substituição do siadap que tanto tem prejudicado a AP, conforme proposta da Missão Pública Organizada. Desta forma será possível aumentar significativamente a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos.
Avaliação dos serviços públicos	Revogar o SIADAP e criar um novo sistema de avaliação dos serviços públicos no sentido do questionário lançado pelo movimento de trabalhadores Missão Pública Organizada
Jogos para melhorar os processos de participação	Os processos participativos tendem a ser longos, aborrecidos, inconsequentes e participados pelos menos cidadãos continuamente, quase sempre muito poucos. A proposta consiste em usar, adaptar e desenvolver

	<p>pequenos jogos, de preferência análogicos pela baixa complexidade e custo, mas alta replicabilidade e possibilidade de adaptação a cada caso. Esses jogos seriam ferramentas disponíveis para que as várias entidades e organismos públicos pudessem usar em processos participativos, até em processos como este aqui de recolha de ideias, que seria beneficiado pelo estímulo criativo e possibilidade de cocriação. Os jogos deveriam ser acompanhados de formação para capacitação de quem os vai dinamizar.</p>
Proximidade com o Cidadão - Gestão de reclamações	<p>1 - Criação de um sistema de gestão e tratamento de reclamações único. Este sistema deverá/poderá ter como Administrador/Owner a Provedoria de Justiça e em cada Ministério ou Autarquia deverá existir um departamento ou pessoa responsável pelo tratamento e seguimento das reclamações da sua competência. 2 - Neste sistema deverá também ser possível, ao cidadão, introduzir sugestões de melhoria 3 - Cada reclamação deve ter um nível de serviço, de acordo com a lei, que deverá ser seguido pelos serviços e quando este não for e consoante a natureza da reclamação deve ser deferida tacitamente a favor do reclamante ou o reclamante deverá conhecer nova data. A nova data, não poderá ser atribuída infinitamente pelo que poderão algumas situações ter essa prerrogativa ou um limite de 1/2 datas de adiamento do tratamento. 4 - Todo o processo deve ser de possível consulta, ter cada passo documentado e ser visível ao Owner, ao Ministério e Serviço responsável pela sua resolução e ao reclamante. 5 - O sistema deverá permitir a cada passo actualizações de comentários de todos os envolvidos onde se inclui o reclamante. 6 - Trimestralmente deverão ser publicados pelo Owner/Ministério/Serviços os indicadores de performance respectivos. 7 - Por uma questão de Responsabilidade Social, o reclamante deve receber compensações sempre que por erro administrativo dos serviços o mesmo seja prejudicado financeiramente. Esses totais devem ser um dos indicadores do ponto anterior 8 - No caso de erros e de sugestões devem ser comunicado ao reclamante/cidadão se existiu ou não rectificação/melhoria nos processos que permitam de futuro evitar esse tipo de situação</p>

As seguintes áreas não tiveram qualquer proposta de melhoria

- Justiça
- Segurança Pública
- Cultura e Desporto